



Prefeitura Municipal de Domingos Martins

Estado do Espírito Santo

Rua Bernardino Monteiro, 22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo

CEP 29260-000 – Fone: (27) 3268-1344 / 1239

www.domingosmartins.es.gov.br – gabinete@domingosmartins.es.gov.br

RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO – RELUCI – CONTAS DE GESTÃO

Emitente: Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo – Controladoria Interna

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Domingos Martins

Gestor Responsável: Wanzete Kruger

Exercício: 2019

1. RELATÓRIO

1.1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa Unidade de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

1. Itens de Abordagem prioritária						
1.1. Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	Processos físicos e eletrônicos de despesa.	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	100% dos processos de despesa.	90% dos processos de despesa.
1.2. Gestão Previdenciária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Processos de despesas liquidadas das obrigações patronais, relatórios e	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias,	100% dos processos e relatórios de obrigações patronais liquidadas,	70% dos processos de despesa de obrigações patronais liquidados,

		balancetes consolidados.	Lei Local Regime de competência.	decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	relatórios e balancetes consolidados.	relatórios e balancetes consolidados.
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Processos de despesas liquidadas e pagas de obrigações patronais, relatórios e balancetes consolidados.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência.	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	100% dos processos de obrigações patronais recolhidos, relatórios e balancetes consolidados	70% dos processos de despesa de obrigações patronais recolhidas, relatórios e balancetes consolidados.
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	Processos de despesas de obrigações patronais.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência.	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	100% dos processos de obrigações patronais	70% dos processos de despesa de obrigações patronais.
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias- parte servidor	Processos de despesas de contribuição previdenciária (de segurados).	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local.	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	100% dos processos de despesas de contribuição previdenciária (de segurados).	90% dos processos de despesas de contribuições previdenciárias (de segurados).
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Relatórios de empenho.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência.	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	Relatórios mensais de empenho.	100% dos relatórios.
1.2.8	Medidas de Cobrança- Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Não se aplica.	LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	Documentos de cobrança.	Não se aplica

1.3. Gestão patrimonial

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Demonstrativos contábeis e demonstrativos da movimentação patrimonial da Gerência de Patrimônio.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações	Demonstrativos contábeis e de patrimônio (inventário) e relatórios patrimoniais e de almoxarifado.	100% dos demonstrativos consolidados a cada mês.

				decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.		
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Demonstrativos dos registros e movimentações patrimoniais e demais relatórios dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	100% dos demonstrativos, registros e relatórios dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	70% dos demonstrativos, registros e relatórios dos bens móveis, imóveis e intangíveis.
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Termo de verificação das disponibilidades financeiras e extratos bancários;	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Todas as contas bancárias cadastradas no ente.	Todas as contas bancárias cadastradas no ente.
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Termo de conciliação das disponibilidades bancárias e extratos bancários.	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	100% das contas presentes no termo de conciliação das disponibilidades bancárias.	90% das conciliações bancárias.

1.5. Demais Atos de Gestão

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.5.2	Segregação de funções.	Processos administrativos em tramitação no FMS.	CRFB/88, art. 37.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	100% dos processos e profissionais envolvidos nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	30% dos processos e profissionais envolvidos nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.

2. Itens de Abordagem Complementar

2.4. Limites Constitucionais e Legais

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
2.4.1	Transferências voluntárias – exigências.	Balancetes de despesas.	LC 101/2000, art. 25, § 1º.	Avaliar se houve realização de transferências voluntárias para outro Ente da Federação e, no caso de ocorrência, se as disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da LRF foram observadas.	Balancetes de despesas	60% dos balancetes de despesa.
2.4.3	Dívida pública – originalmente superior ao limite – redução do valor excedente	Demonstrativo da Dívida Fundada.	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso I.	Avaliar se a dívida consolidada líquida do Estado/Município, no final do exercício de 2001, excedia os limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, respectivamente e, em caso positivo, verificar se o valor excedente está sendo reduzido à razão de 1/15 (um quinze avos) por exercício.	Totalidade dos valores apresentados no demonstrativo da dívida fundada.	Totalidade dos valores apresentados no demonstrativo da dívida fundada.

2.5. Gestão Previdenciária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Relatórios de despesas e pagamentos e processos de despesa com previsão legal de retenção na fonte.	LC 116/2003, art. 6º/ Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991. Lei Local.	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.	100% dos processos de despesas com previsão legal de retenção na fonte e relatórios gerais de despesas.	70% dos processos de despesas com previsão legal de retenção na fonte e relatórios gerais de despesas.
2.5.2	Base de Cálculo de contribuições - RPPS	Lei Municipal que regulamenta a Base de Cálculo das Contribuições previdenciárias ao RPPS e relatórios de despesas.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.	Lei Municipal que regulamenta a Base de Cálculo das Contribuições previdenciárias ao RPPS e relatórios de despesas que demonstrem a retenção.	Lei Municipal que regulamenta a Base de Cálculo das Contribuições previdenciárias ao RPPS e relatórios de despesas que demonstrem a retenção.
2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	Lei Municipal e Federal que regulamenta a Base de Cálculo das Contribuições previdenciárias e alíquotas e relatórios de despesas que demonstrem os valores retidos.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Lei Municipal e Federal que regulamenta a Base de Cálculo das Contribuições previdenciárias e alíquotas e relatórios de despesas que demonstrem os valores retidos.	Lei Municipal e Federal que regulamenta a Base de Cálculo das Contribuições previdenciárias e alíquotas e relatórios de despesas que demonstrem os valores retidos.
2.5.5	Guia de Recolhimento de contribuições previdenciárias	Guia de Recolhimento de contribuições previdenciárias	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, art. 1º.	Verificar a existência de emissão de guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, nas unidades gestoras.	100% das Guias de Recolhimento de contribuições previdenciárias	70% das Guias de Recolhimento de contribuições previdenciárias
2.5.7	Servidores Cedidos	Convênios de Cessão de Servidores	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	Verificar se o RPPS é certificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	100% dos Convênios de Cessão de Servidores	50% dos Convênios de Cessão de Servidores
2.6. Demais Atos de Gestão						
Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Folha de Pagamento, relatórios da Gerência de Recursos Humanos e Legislação de Cargos	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	100% dos cargos existentes das funções de confiança.	80% dos cargos existentes das funções de confiança.
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	Folha de Pagamento, relatórios da Gerência de Recursos Humanos e Legislação de Cargos	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	100% das contratações por prazo determinado.	80% das contratações por prazo determinado.
2.6.4	Pessoal – teto	Folha de	CRFB/88, art.	Avaliar se o teto	100% da folha	100% da folha

		Pagamento	37, inciso XI.	remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	de pagamento.	de pagamento.
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	Folha de Pagamento, relatórios da Gerência de Recursos Humanos e Legislação de cargos e Orçamentária	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.	Folha de Pagamento, relatórios da Gerência de Recursos Humanos e Legislação de cargos e Orçamentária	Folha de Pagamento, relatórios da Gerência de Recursos Humanos e Legislação de cargos e Orçamentária

1.2. Constatações e Proposições

Acerca dos itens selecionados para análise, expostos na tabela acima, abordamos os seguintes achados e proposições:

1. Itens de abordagem Prioritária			
1.1. Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária			
Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.1.2	Não foram constatadas realizações de despesas sem prévio empenho.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista que as despesas foram executadas após a realização do empenho.	Regular
1.2. Gestão Previdenciária			
Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.2.1	Da análise dos processos de despesas relativos às obrigações patronais, constatou-se que as mesmas foram reconhecidas conforme regime de competência.	Nenhuma proposição ou alerta sugerido, tendo em vista que as obrigações patronais foram contabilizadas adequadamente por competência.	Regular.
1.2.2	Da análise dos processos de despesas relativos às obrigações patronais, constatou-se que houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, exceto o saldo remanescente que se refere a processos de competência de dezembro, cujo vencimento e pagamento ocorreu em janeiro do ano subsequente.	Nenhuma proposição ou alerta sugerido, tendo em vista o tempestivo recolhimento das obrigações patronais.	Regular.
1.2.3	Dos processos de despesas objeto de análise, constatou-se que todos os recolhimentos de obrigações patronais se deram de forma tempestiva, não incidindo em multas e juros.	Nenhuma proposição ou alerta sugerido, tendo em vista o tempestivo recolhimento das obrigações patronais.	Regular.
1.2.4	Da análise dos processos de despesas de contribuições previdenciárias, constatou-se que as mesmas foram retidas dos servidores e repassadas ao RPPS (IPASDM) e ao INSS.	Nenhuma proposição ou alerta sugerido, tendo em vista o tempestivo recolhimento das contribuições previdenciárias retidas.	Regular.
1.2.5	Dos processos analisados, constatou-se que não existem parcelamentos de débitos previdenciários inscritos na Prefeitura.	Nenhuma proposição ou alerta sugerido, tendo em vista que não existem parcelamentos de débitos previdenciários.	Regular.
1.2.8	Não foram observadas Medidas de Cobrança de Créditos e Parcelamentos Previdenciários.	Nenhuma proposição ou alerta sugerido, tendo em vista que não foram identificadas medidas de cobrança de créditos previdenciários, pois todos foram retidos e recolhidos tempestivamente.	Regular
1.3. Gestão Patrimonial			
Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.3.1	Da análise dos demonstrativos contábeis e dos	Nenhuma proposição ou alerta foi	Regular

	demonstrativos apresentados pelo setor de patrimônio e de almoxarifado, constatamos que os registros contábeis estão compatíveis com os valores demonstrados nos relatórios de materiais e inventário, disponibilizados pelos setores de almoxarifado e patrimônio.	sugerido, tendo em vista a compatibilidade dos valores registrados de almoxarifado e bens móveis e imóveis.	
1.3.2	Apesar da constatação de que os bens móveis e imóveis foram devidamente inventariados no final do exercício de 2019, foi verificado que os valores da conta "Bens Imóveis" não estão refletidos fidedignamente no Balanço Patrimonial, devido os valores de obras estarem sendo contabilizados em "Bens imóveis em andamento" e não estarem sendo concluídas.	Em análise do Portal da Transparência do município, no que concerne aos Bens Imóveis, e em comparação com as Demonstrações Contábeis da Prefeitura de Domingos Martins, observou-se que cerca de 83% do valor dos Bens Imóveis, contidos no Balanço Patrimonial, estão sendo contabilizados permanentemente na conta contábil "Bens Imóveis em Andamento". Foi emitida Recomendação nº 009/2019 ao setor de Contabilidade para verificação junto ao setor de Patrimônio e realizar um levantamento das obras concluídas para providenciar o acerto contábil.	Em andamento.
1.3.3	Da análise das disponibilidades financeiras das contas existentes no município, constatamos que 100% estão sendo movimentados em instituições financeiras oficiais.	Nenhuma proposição ou alerta sugerido, tendo em vista que a movimentação bancária está sendo efetuada em instituição financeira oficial.	Regular.
1.3.4	Das contas analisadas, verificamos a conformidade dos saldos apresentados nos extratos bancários e saldos de aplicações financeiras com os saldos conciliados lançados no sistema contábil da Prefeitura, através de arquivos demonstrados e disponibilizados pela Contabilidade.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista exatidão dos saldos bancários com os saldos conciliados.	Regular.
1.5. Demais atos de gestão			
Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.5.2	Considerando as atividades de autorização, aprovação, execução e controle das operações e, que o Município dispõe de Gerência de Compras unificada, responsável pela tramitação dos pedidos de compra da Prefeitura como um todo, identificamos que há segregação parcial de funções, uma vez que os servidores que autorizam e efetuam os pedidos de compra, também homologam os mesmos na licitação.	Nenhum alerta foi proposto no exercício de 2019, dado que ainda existe redução significativa no quadro administrativo funcional do Município, e que está em andamento proposta de realização de concurso público e de reforma administrativa do plano de cargos e salários, que poderá vir a reestruturar os setores	Em andamento
2. Itens de Abordagem Complementar			
2.4. Limites Constitucionais e Legais			
Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
2.4.1	Da análise dos balancetes das despesas não se verificou a existência de Transferências Voluntárias da Prefeitura a outro ente da federação.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, uma vez que não ocorreram Transferências Voluntárias da Prefeitura para outro ente.	Regular.
2.4.3	Ausência de dívida consolidada do município.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista a ausência de dívida consolidada da Prefeitura.	Regular.
2.5. Gestão Previdenciária			
Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
2.5.1	Da análise dos relatórios de despesas e pagamentos e processos de despesa com previsão legal de retenção na fonte, de contribuições previdenciárias, constatou-se que as mesmas foram adequadamente retidas e recolhidas.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista o tempestivo recolhimento das contribuições previdenciárias retidas na fonte.	Regular.
2.5.2	Com base na Lei Municipal nº 2.784/2017, que dispõe sobre a alteração do plano de custeio	Nenhuma proposição foi sugerida, tendo a vista a existência de base de	Regular

	destinado ao RPPS dos servidores públicos do município de Domingos Martins, identificou-se a regulamentação da base de cálculo das contribuições, e por meio da análise dos relatórios de despesas, observou-se que a mesma está sendo devidamente empregada nos cálculos das contribuições.	cálculo regulamentada em Lei Municipal, e a efetiva utilização da mesma no cálculo das contribuições.	
2.5.4	Da análise das Leis previdenciárias Municipal e federal, e dos relatórios de despesas, verificou-se que os descontos previdenciários obedecem as especificações legais.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista que os descontos obedecem as legislações específicas, Municipal e Federal.	Regular
2.5.5	Verificou-se a existência de guias de recolhimento de contribuições previdenciárias na Prefeitura.	Nenhuma proposição foi sugerida, tendo em vista a existência de guias de recolhimento de contribuições previdenciárias.	Regular
2.5.7	Da análise dos Convênios de Cessão de Servidores verificou-se que o IPASDM é informado quando ocorre cessão de servidores a outros órgãos.	Nenhuma proposição foi sugerida, uma vez que a informação formal ao IPASDM quando da cessão de servidores.	Regular
2.6. Demais atos de gestão			
Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
2.6.1	Na análise da Folha de Pagamento, dos relatórios da Gerência de Recursos Humanos e da Legislação de Cargos, observou-se que foram priorizados os servidores efetivos no exercício de funções de confiança, no entanto, existem funções de confiança ocupadas por funcionários contratados. Com base na Auditoria nº 002-2019 de Pessoal e Folha de Pagamento, processo nº 3991/2019, foi detectado em visita nas Secretarias que existem desvios nos cargos em comissão, que ocorrem quando o agente realiza atividades diferentes da direção ou assessoramento técnico, sendo, em geral, atividades operacionais e rotineiras. Nesses casos, o cargo é mero título formal cujo verdadeiro propósito é a percepção de remuneração, sem a contraprestação do serviço específico exigido.	Recomendou-se que a Administração Municipal como um todo reavalie os servidores alocados nos cargos comissionados de suas estruturas, para identificar a ocorrência destas distorções nas funções de fato exercidas pelos servidores e as previstas para o cargo. Ademais, promover a capacitação técnica dos atuais ocupantes quando desqualificados, ou a contratação de novos servidores por processos objetivos, técnicos e transparentes, exigindo que os nomeados efetivamente exerçam funções de chefia, direção e assessoramento.	Em andamento
2.6.3	Com base na análise da Folha de Pagamento, dos relatórios da Gerência de Recursos Humanos e da Legislação de Cargos, observou-se que as contratações por tempo determinado obedecem aos quesitos de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Não há alerta proposto no exercício de 2019, tendo em vista a regularidade das contratações temporárias e que está em andamento a reforma administrativa do plano de cargos e salários e posterior realização de concurso público, que visará reestruturar os setores e diminuir o número de contratações temporárias.	Regular
2.6.4	Com base na análise da Folha de Pagamento, observou-se que não há extrapolamento do teto remuneratório na Prefeitura.	Nenhum alerta foi proposto dado a regularidade nos pagamentos, quando ao alcance do teto remuneratório constitucional.	Regular
2.6.5	Com base na análise da Folha de Pagamento, dos relatórios da Gerência de Recursos Humanos e da Legislação de Cargos, observou-se que as despesas com pagamento de pessoal possuem autorização legislativa específica.	Nenhum alerta foi proposto dado a existência legal de autorização para a realização dos pagamentos de pessoal.	Regular

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob responsabilidade do senhor Wanzete Kruger, gestor da Prefeitura Municipal de Domingos Martins, relativa ao exercício de 2019.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas se encontra regular.

Domingos Martins - ES, 06 de abril de 2020.

Assinaturas:

Márcia d'Assumpção
Controladoria Interna

Renata Peterle Ronchi
Auditora Pública Interna – Matrícula nº 10526

Franciele Luzia Holz
Auditora Pública Interna – Matrícula nº 12640